



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 034

Teresina (PI), 26 de fevereiro de 2015.

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.002297/15
Senha: 1E2F48C

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Flávio Nogueira Júnior** que:

“Determina a obrigatoriedade do fornecimento de protetor solar aos servidores da limpeza pública e dá outras providências.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

13 03 15



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

LEI N^o

DE DE

DE 2014

Determina a obrigatoriedade do fornecimento de protetor solar aos servidores da limpeza pública e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1^o As empresas de serviços de coleta de lixo, conservação e limpeza pública que prestam serviços aos municípios piauienses, deverão fornecer gratuitamente protetor solar aos profissionais cujas atividades são desenvolvidas em ambiente externo, com exposição à radiação solar.

Parágrafo único. Os profissionais enquadrados no caput são os garis, jardineiros, varredores, coveiros e demais profissionais das atividades assemelhadas, que operem suas funções em ambiente propício aos males da exposição solar.

Art. 2^o O filtro solar fornecido para esses trabalhadores deverá ter FPS (fator de proteção solar) 15 (quinze) ou mais, oferecendo ainda proteção completa para os raios UV-A e UV-B.

Parágrafo único. Esses profissionais deverão ter orientação sobre como e quando usar o produto determinado neste artigo.

Art. 3^o O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa infratora, às seguintes penalidades:

- I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,
- II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre 1.000 (mil) e 5.000 (cinco mil) UFR-PI, a depender das circunstâncias da infração, e do número de reincidências.

Art. 4^o O Poder Executivo regulamentará esta Lei em até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5^o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 18 de dezembro de 2014.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**
1^o Secretário

Dep. **WILSON BRANDÃO**
2^o Secretário